

PROJETO DE PESQUISA: afinal, cabe o item introdução na sua parte textual?

Luiz Carlos dos Santos

O Projeto de Pesquisa, antes do advento da NBR 15287/2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com vigência a partir de 30.01.2006, ficava a cargo da Instituição de Ensino disciplinar a estrutura de cada projeto. Logo, eram comuns algumas variações na seqüência dos elementos constitutivos do projeto de investigação científica, porque ficava a critério do docente, ministrante da disciplina “Metodologia da Pesquisa” ou denominação congênere, o estabelecimento da estrutura do trabalho, atendendo, bem assim ao que fixava o Regimento Interno de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/Monografia).

Entende-se, entretanto, que sob a égide da mencionada norma, expedida pela ABNT, órgão encarregado de normalizar a estrutura/apresentação de trabalhos técnico-científicos, cabe às Instituições procederem as alterações/ajustes, de forma a harmonizar os seus regimentos internos de TCCs com o que prevê a comunidade científica referenciada, evitando conflitos e confusão na produção do Projeto de Pesquisa.

De acordo com a NBR citada, a estrutura do projeto, compõe-se de: elementos pré-textuais (capa, folha de rosto e sumário (obrigatórios); listas de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos (opcionais); elementos textuais (introdução, problema, hipótese de pesquisa ou questões norteadoras, quando couber; objetivos, justificativas, referencial teórico, metodologia, cronograma e orçamento ou recursos) e, os pós-textuais referências (obrigatório), glossário, apêndice, anexos e índice (opcionais).

A pergunta, subtítulo desta nota, está colocada porque, de acordo com o item 4.2 da NBR 15287/2005, “Os elementos textuais devem ser constituídos de uma parte introdutória, na qual devem ser expostos o tema do projeto, o problema [...]” (ABNT, 2005, p.3). Assim, entendem alguns que militam na área, ser o tema ou título/subtítulo do projeto o primeiro item da parte textual, como consequência, não haveria necessidade da introdução.

Ora, utilizando-se da analogia, não haveria também necessidade do assentamento do tema ou título/subtítulo na parte textual, porque na capa e na folha de rosto de um Projeto de Pesquisa, o leitor irá constatar, no meio da lauda, o título e subtítulo, se houver.

Portanto, seria de bom alvitre que o primeiro item da parte textual fosse a introdução, descortinando a matéria, mencionando o título e subtítulo, se houver, do Projeto de Pesquisa, de maneira panorâmica, sem entrar em detalhes, uma vez que na contextualização do problema é mais propício a caracterização/explicação do enunciado do problema, quando o

pesquisador adentrará na delimitação do objeto a ser pesquisado. Dessa forma, a introdução é um composto de alguns parágrafos, trazendo a temática à tona, porém, sem a verticalização do assunto.

Nessa perspectiva, caberia, então, outra indagação: em havendo o item introdução como primeiro componente da parte textual, o que seria o Marco Referencial Teórico? Não seria repetição ou superposição de exigência? Este item compõe-se de um texto entre duas a cinco páginas, no qual o pesquisador fornecerá pistas epistemológicas que embasarão o estudo numa dimensão elucidativa do objeto em análise. Assim, cabe um passeio na literatura, buscando-se os teóricos do campo do conhecimento em estudo, a doutrina, a hermenêutica, a legislação, inclusive comentada/interpretada enquanto suporte para desvelar a problemática, comprovação das hipóteses de pesquisa ou respostas às questões orientadoras/norteadoras e a explicitação do alcance dos objetivos da investigação. É nessa parte que o autor irá trazer para o texto as citações (diretas, indiretas, citação de citação), seguidas de comentários e devidas inferências.